

Ilhas, parentesco e mobilidade infantil: Diálogos Brasil-Cabo Verde (passando pela França)

Islands, kinship and child mobility: Dialogues Brazil-Cape Verde (via France)

Fernanda Bittencourt Ribeiro¹
feribeiro@puers.br

Resumo

Neste artigo apresento comentários suscitados pela apresentação de Andréa Lobo no Ciclo de debates: Diálogos Brasil-Cabo Verde. A partir de uma pesquisa etnográfica realizada numa instituição de proteção à infância, localizada na ilha d'Yeu (França), estabeleço alguns contrapontos entre estes dois contextos etnográficos, na ilha da Boa Vista e na ilha d'Yeu. Para tanto, insularidade, mobilidade infantil e direitos da criança são temas abordados no cruzamento com os estudos de parentesco e a antropologia da infância. Neste exercício, destaca-se o relativo isolamento social que leva famílias ditas "monoparentais em dificuldade" para a instituição da ilha d'Yeu, em contraste com a abundância de relações nas quais a mobilidade infantil é central para as dinâmicas de parentesco e relatedness na ilha da Boa Vista.

Palavras-chave: *infância, mobilidade infantil, parentesco, relatedness.*

Abstract

In this article I focus on comments raised by the presentation of Andréa Lobo in the Cycle of debates: Diálogos Brasil-Cabo Verde (Dialogues Brazil-Cape Verde). From an ethnographic study made at an institution of child protection, located on Yeu island (France), it offers some counterpoints between these two ethnographic contexts, on the Boa Vista and Yeu islands. Therefore, insularity, child mobility and rights of the child are issues addressed at the intersection of studies on kinship and anthropology of childhood. This exercise highlights the relative social isolation that brings families called "single-parent in difficulty" to the institution on Yeu island, in contrast to the abundance of relationships in which child mobility is central to the dynamics of kinship and relatedness on Boa Vista island.

Key words: *childhood, child mobility, kinship, relatedness,*

Insularidade e mobilidade infantil

Há 10 anos, finalizei uma pesquisa etnográfica realizada durante dois anos (2000-2002) numa instituição do sistema francês de proteção à infância, localizada na ilha d'Yeu, na costa oeste da França (Ribeiro, 2007, 2008, 2010). Foi só durante a exposição de Andréa Lobo, enquanto ela nos apresentava o mapa do arquipélago de Cabo Verde, que pensei na insularidade como outro ponto em comum entre nossos trabalhos. Além disso, nestes dois contextos insulares, foi possível observarmos relações entre mobilidade infantil e a construção de laços familiares. Eu me dava conta de que, por caminhos muito diferentes, em ambos,

¹ Doutora em Antropologia Social. Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Av. Ipiranga, 6681, 90619-900, Porto Alegre, RS, Brasil.



a mobilidade infantil está a serviço do parentesco e a insularidade é uma característica que importa nas dinâmicas cotidianas e para a compreensão do sentido das práticas sociais.

No entanto, nessas duas ilhas, as razões para o movimento das crianças que fizeram parte de nossas pesquisas não são as mesmas. As que conheci na ilha d'Yeu, apesar de nascidas na França, são, de certa forma, estrangeiras àquele lugar. Vindas da periferia de Paris, chegam à ilha d'Yeu na condição de residentes de uma associação que mantém um serviço destinado a "famílias monoparentais em dificuldade". Suas dificuldades são de ordem psicossocial, e o deslocamento familiar para a ilha d'Yeu é uma medida do serviço social de proteção à infância. Ela visa a "fortalecer os vínculos familiares" e evitar a "separação precoce de mães ou pais e crianças". Muitas delas são de origem magrebina ou antilhese e, em geral, há mais de uma geração, suas relações familiares são mediadas por agentes dos serviços sociais, cuja ajuda também implica vigilância sobre suas vidas, sobretudo no que diz respeito às crianças. Os adultos (mães e muito eventualmente algum pai) que se deslocam com os filhos para essa residência na ilha d'Yeu consideram estar fazendo um sacrifício para continuar vivendo com eles. Caso não tivessem aceitado essa modalidade de residência provisória, proposta por trabalhadores sociais, muito provavelmente, as crianças seguiriam vivendo ou passariam a viver, por um período determinado, numa instituição tradicional ou numa "família de acolhimento". O deslocamento familiar para a ilha é, portanto, uma medida de mobilidade infantil que assegura a convivência diária entre mãe/pai e filhos, mas que mantém em suspenso, da parte dos serviços de proteção social, o reconhecimento de suas capacidades maternas/paternas.

As crianças conhecidas por Andréa Lobo na ilha da Boa Vista nasceram lá, obviamente não vivem em instituição, e, com frequência, suas mães deixam a ilha para trabalhar e enviar recursos financeiros e outros bens aos que ficam. A intensa movimentação, na qual o artigo nos insere, coloca coisas, pessoas e afetos em circulação incessante. Assim, constitui conectividade, conforme tradução de Fonseca (2007), para o termo *relatedness*, proposto na obra de Carsten (2000) e retomado por Andréa Lobo em sua análise da mobilidade que caracteriza a infância e a constituição da pessoa cabo-verdiana. Nesta análise, entendo que *relatedness* não está em oposição, mas colocada ao lado do parentesco, para indicar que, nesta sociedade, a parentela pode se estender para além da consanguinidade e da conjugalidade. Como a autora nos deixa ver com clareza, esse vai e vem cria e fortalece laços que situam cada um, e uns em relação aos outros, produz relações de coabitação e de cooperação doméstica, constrói maternidades, paternidades e conjugalidades. O tema das capacidades maternas ou do quanto as mães são capazes de cuidar bem de seus filhos também está aqui presente. No entanto, os conflitos que o debate suscita, ao contrário da instituição da ilha d'Yeu, colocam em evidência as múltiplas alternativas de residência com que conta uma criança. Cuidar delas, contar com suas alegres companhias e suas disponibilidades para os *mandados* aparece neste artigo como suporte para a reiteração

cotidiana dos laços de parentesco e também para a constituição das pessoas: da própria criança e das mulheres e dos homens que, através delas, podem ser avós, mães ou pais-de-filho. Se o cuidado das crianças e as atividades que dele decorrem são partilhados entre mulheres de diferentes idades, é a existência de filhos que pode, ao longo do tempo, aproximar os homens de uma casa e *acalmá-los* para a vida em família.

Apesar da ilha da Boa Vista ser quase trinta vezes maior que a ilha d'Yeu, as duas tem praticamente a mesma população, em torno de cinco mil habitantes. São, portanto, universos relacionais densos em que boa parte da população se conhece. Na ilha d'Yeu, as crianças residentes na associação são facilmente identificadas pela população local. Algumas delas, como demonstrei em outro trabalho (Ribeiro, 2011), tecem ali relações que poderão ser acionadas ao longo de suas vidas. Sobre suas mães, no entanto, pesa com frequência, uma memória social na qual as ilhas figuram como lugares de exílio e de exclusão. Conforme o dicionário de etnologia e de antropologia (Bonte e Izard, 2000), o espaço, "está submetido a uma semântica que revela o social e nos é revelada por ele" (Cadoret, 2000, p. 235). Na ilha d'Yeu, o espaço insular figura como um recurso simbólico num projeto sociopedagógico que, na intenção de "proteger as crianças", intervém sobre relações familiares consideradas "de risco" pelas políticas familiares. Na ilha da Boa Vista, a insularidade é uma característica que historicamente favorece a emigração de mulheres e conforma práticas de partilha de crianças que, ao longo de suas vidas, poderão circular entre diferentes residências, tendo suas mães emigrado, ou não. Tanto na instituição da ilha d'Yeu quanto nos quintais da Boa Vista, a mobilidade infantil é um lócus do parentesco e, de forma mais ampla, das relações sociais que fazem as pessoas nessas sociedades.

Mobilidade infantil e parentesco

Foi nestes quintais, enquanto cozinhava e conversava com as mulheres, que Andréa Lobo deparou-se com esta dinâmica central da constituição da pessoa e da partilha entre as casas. Foram os ditos e as práticas das quais as crianças são sujeitos e objetos que fizeram a mobilidade infantil saltar aos olhos da etnógrafa, como uma instituição de aliança. Foi também nesses espaços domésticos e a partir da interlocução com as mulheres que Fonseca (1995, 2000) pôde identificar, na circulação de crianças, uma dinâmica central do parentesco e da reprodução social em grupos populares urbanos no sul do Brasil. Também nas vilas de Porto Alegre estudadas pela autora, é possível que uma criança some mães ao longo da vida, que a maternidade não seja a exclusividade de uma só mulher, ela mesma devendo ser idealmente exclusiva para o filho, como se observa no modelo de família nuclear promovido no ocidente euro-americano. Na etnografia de Andréa Lobo, podemos vislumbrar a circulação de que fala Claudia Fonseca e que implica residências diferentes da dos genitores, por períodos mais ou menos longos. Mas seu argumento coloca em relevo também o movimento como valor e

a importância dos circuitos diários de trânsito de crianças entre as casas. Destes, também participam coisas e valores. Neles, os pequenos de 5 a 10 anos são portadores das coisas que circulam, são veículos de mensagens e eles mesmos são valores fundamentais, pois cimentam as redes de solidariedade e as práticas que fazem maternidades "a duas" em Cabo Verde.

Genealogicamente, vê-se com clareza as posições de mães, avós e crianças numa triangulação que constrói os sentidos de ser mãe e de ser filho, como nos propõe a autora. Seguindo seu argumento, vê-se que ajudar a *aguentar* uma criança é, desde cedo, uma forma de iniciação à dinâmica triangular da qual as mocinhas se orgulham. Fica claro que os homens não são exatamente ausentes do universo doméstico, mas serão por ali encontrados, sobretudo em determinados momentos de suas vidas, fundamentalmente quando bem jovens, como crianças que circulam entre uma casa e outra. Nessa idade de suas vidas (Zonabend, 1994), assim como as meninas, serão *aguentados* por mulheres para as quais cuidá-los e contar com eles é fundamental. Como alguém que nunca esteve nestes quintais de tantos fazeres, fiquei curiosa pela posição genealógica de avô. Se, a partir de certo momento de suas vidas os homens tendem a fixar residência com uma mãe de filho, alguma coisa também muda em relação aos filhos de seus filhos? Colocar a pergunta sobre o pai das mães e dos pais de filho talvez seja uma entrada profícua para a abordagem de outros temas relacionados ao parentesco como a construção coletiva da ancestralidade e para ampliar o cruzamento entre parentesco e gênero como chave de leitura do que faz as idades da vida neste contexto.

Parentesco e antropologia da infância

A centralidade da mobilidade infantil nas dinâmicas cotidianas que fazem *relatedness* na ilha da Boa Vista, remete-me aos estudos que têm sido agrupados como "antropologia da infância e da criança". Na França, sobretudo a partir dos anos 90 e da iniciativa de antropólogas africanistas, esse campo de estudos tem articulado a análise da construção social e simbólica da infância com a noção de criança-ator, desenvolvida, sobretudo, no âmbito dos *childhood studies* anglo-saxões. Numa entrevista intitulada "L'anthropologie de l'enfant, une histoire récente", Suzane Lallemand e Doris Bonnet contam a origem e a trajetória dessa perspectiva na França a partir de seus estudos na África. Bonnet observa: "Nosso objetivo era mostrar que a criança é um ator social enquanto frequentemente, no estudo do parentesco, a criança é percebida no esquema do parentesco, mas não é tomada como ator social" (in Querre e Mestre, 2007). O trabalho de Andréa Lobo sugeriu-me que esta proposição de outro status para as crianças nos estudos de parentesco tenha sido um desdobramento das pesquisas dessas antropólogas na África (Bonnet, 1981; Lallemand, 1993). Ou seja, tomar a criança como *ator social* não teria sido um *a priori* em suas pesquisas, mas consequência da observação etnográfica de suas participa-

ções nas tramas do parentesco e das relações sociais de modo geral. Isso, num movimento semelhante ao de Andréa Lobo, cujo objeto de estudo que apontou a relevância da mobilidade infantil nesta sociedade, foram os fluxos migratórios femininos e as transformações na organização familiar.

No Brasil, um artigo pioneiro na problematização do lugar das crianças nas Ciências Sociais foi escrito nos anos 80, por José de Souza Martins, a partir de suas pesquisas sobre as lutas pela terra nas frentes de ocupação do território na Amazônia. Foi observando o cotidiano dos acampamentos que o autor vislumbrou o interesse que poderia ter em dirigir-se às crianças em sua pesquisa: "Sempre me chamou atenção que nessas horas estivesse presente, de pé ou de cócoras pelos cantos, grupo numeroso e atento, de um público que, aparentemente, não se sentia no direito de falar, de perguntar. Refiro-me às crianças" (Martins, 1991, p. 56). Ao estimulá-las a se expressarem através de pequenos depoimentos sobre a migração familiar e o novo lugar, José de Souza Martins conta ter constatado "uma surpreendente informação sobre os acontecimentos e sobre os limites e possibilidades de suas vidas, além de uma discreta, mas clara crítica aos adultos por excluírem-nas das discussões sobre o que estava acontecendo" (Martins, 1991, p. 58). Nestes depoimentos, o autor identificou um "protagonismo coletivo. Em cada localidade, a fala de cada criança é claramente fragmento de um enredo mais amplo, que ela protagoniza com os outros" (Martins, 1991, p. 58).

Para além da fala, a etnografia de Andréa Lobo nos coloca diante de práticas de partilha e de reciprocidade que dependem da existência das crianças e das quais elas participam ativamente. Um desdobramento interessante de seu argumento poderia ser o de observar detidamente como elas participam do fazer parentesco. Seria possível, por exemplo, perceber diversidade nos modos como se relacionam com os adultos e entre elas? Em termos de mobilidade, existe diferença entre ser o primogênito e o caçula numa família? Ou entre ser o único filho e ter muitos irmãos? Na mesma entrevista citada acima, ao apresentar o que buscavam com uma "antropologia da infância", Lallemand observa: "O que nos interessava era o conteúdo das relações, isto que não era observado pelos estudiosos dos sistemas de parentesco" (Querre e Mestre, 2007). Andréa Lobo esteve muito atenta ao conteúdo das relações que atravessam os quintais da Ilha da Boa Vista. Foi essa observação que lhe permitiu ver que as relações entre as gerações e afins são marcadas por tensões, por laços tênues e pelos riscos constantes de rompimento. Nelas, as crianças são atores centrais porque são elos que ligam as casas e as pessoas, tendo "passe livre" mesmo em situações de conflito. Em relação ao livre trânsito, cabe destacar a possibilidade de colocar esse dado etnográfico em diálogo com outras pesquisas que apontam o lugar de "ligação" ou de conexão frequentemente ocupado pelas crianças. Em 2010, na Reunião Anual da Anpocs, um balanço dos aspectos que se destacaram dos trabalhos apresentados no GT "Do ponto de vista das crianças: estudos recentes em Ciências Sociais", coordenado por Clarice Cohn e Antonella Tassinari, de 2007 a 2010, apontava a recorrência das

análises nas quais as crianças são identificadas como mediadoras. Isso talvez indique o interesse em incorporar este dado como uma hipótese acerca da especificidade da participação social das crianças. Em diálogo com essa conclusão, caberia perguntar: como os pequenos "conectores" agem nas relações familiares? Nessa tessitura cotidiana, suas participações podem também ser disruptivas? Como seus atos e falas repercutem entre os adultos? Como agenciam silêncios e rumores nas situações de conflito? Como participam das divergências dos adultos, especialmente de suas mães e avós em relação ao modo de tratá-los? Enfim, são questões dessa ordem que poderiam ser colocadas à luz deste campo de estudos que Lallemand e Bonnet vão situar como um "sub-produto da antropologia do parentesco atravessado pelos estudos de gênero" (Querre e Mestre, 2007). Uma localização que faz bastante sentido considerando os dados etnográficos referentes a Cabo Verde.

Antropologia da infância e direitos da criança

Atualmente são várias as disciplinas que reivindicam uma abordagem específica da "infância". Além da psicologia, da pedagogia e da pediatria, hoje também a antropologia, a história, a sociologia, e, mais recentemente, a ciência política ou ainda a geografia delimitam "a infância" como um foco de análise. Com frequência, a noção de criança-ator é incorporada como uma posição epistemológica comum a algumas dessas áreas. Na antropologia, ela marca uma virada em relação aos estudos clássicos cujos pressupostos são apontados como empecilhos para cogitar-se sobre a possibilidade de agência das crianças. Como seres sobre os quais "a cultura" seria inculcada mediante a "socialização" e que deveriam ser "inseridos" na sociedade mais ampla, decorre o pressuposto da passividade das crianças nesses processos. Ou seja, nos estudos pioneiros elas não são abordadas em si mesmas e nas suas práticas (Cohn, 2005; Nunes e Carvalho, 2009). A mudança de status reivindicado para as crianças nas pesquisas consiste em considerar seu "papel ativo na constituição das relações sociais em que se engaja, não sendo, portanto passiva na incorporação de papéis e comportamentos sociais" (Cohn, 2005, p. 28). Evidentemente, a explicitação desse novo olhar voltado para as crianças na antropologia e em outras disciplinas não está dissociado da mudança de status jurídico que, desde a Convenção dos direitos da criança de 1989, as define como "sujeitos plenos de direitos". No entanto, acredito que análises como a apresentada por Andréa Lobo contribuem para argumentar pelo interesse em pensarmos esses processos independentemente, ou seja, sem que o debate disciplinar seja justificado ou apareça como mera consequência de uma prescrição normativa e formal acerca do direito das crianças à participação social e ao ter voz. Aliás, tenho pensado que olhar *autrement* para as crianças nas pesquisas antropológicas sobre os mais variados temas pode contribuir para uma adesão crítica e vigilante à definição formal que as concebe como "sujeitos plenos de

direitos". Entendo que assim como a noção de "direitos humanos" (Fonseca e Cardarello, 1999; Ribeiro, 2004), ela deva ser colocada em diálogo permanente com a diversidade de contextos de infância, a fim de que não produza efeitos contrários à proteção que pretende assegurar. Talvez esteja aí um importante significado político da etnografia como uma prática capaz de multiplicar narrativas da infância e tencionar a "infância universal" que o idioma dos direitos promove. Na etnografia de Andréa Lobo, a agência das crianças está bastante presente. Suas residências, por exemplo, podem depender em muito de suas próprias vontades. E isso não decorre, evidentemente, do reconhecimento formal de um direito individual, mas de práticas reiteradas, geração após geração, e que fazem as pessoas, as maternidades e paternidades, numa ampla rede de relações que se fortalecem e que podem também enfraquecer. Nelas, as crianças não figuram sozinhas, mas constituem-se em relação aos demais. Como bem observa a autora, os estudos de parentesco nos ensinaram a estudar relações e não indivíduos. Seguindo essa orientação, olha-se para o tecido social, para os lugares de uns em relação aos outros num presente que se explica em referência ao já vivido e que gesta a continuidade coletiva e individual.

Direitos da criança e insularidade

São muitos os veículos através dos quais o ideal ocidental da "família mínima" assim como a individualização ideológica das crianças chegam até a Ilha da Boa Vista. Além das mídias, as próprias mulheres que partem e que se deparam com famílias europeias tenderão a olhar para as suas próprias famílias como sendo "confusas". Sobre o diagnóstico mencionado pela autora acerca da interpretação da dinâmica familiar cabo-verdiana em termos de "síndrome da ausência paterna", parece-me que ele é bastante coerente com a interpretação que, na França, contribuiu para estigmatizar as "famílias monoparentais" como a fonte de muitos problemas sociais (Lefaucheur, 1991). Como já mencionei, as mães e crianças que conheci na ilha d'Yeu lá estavam na condição de residentes de um serviço destinado a "famílias monoparentais em dificuldade", cujas crianças estão sob tutela do estado. Em acordo com outros estudos realizados em contextos institucionais franceses ditos de ajuda e de proteção social (Cadoret, 1996; Le Grand-Sébille, 2000) observei que muito da "dificuldade" das mulheres estava associado ao fato de elas não terem com quem contar, de encontrarem-se bastante solitárias para o trato cotidiano, e à atenção às necessidades das crianças.

Olhando em perspectiva para esses dois contextos etnográficos e insulares, fico tentada a dizer que encontrei famílias duplamente insularizadas – pelo relativo isolamento social e pelo deslocamento para a ilha d'Yeu – e que Andréa Lobo conviveu com famílias insulares, mas não isoladas. Numa etnografia, a escassez de relações familiares coloca as crianças no centro de relações mediadas por profissionais; na outra, observa-se a abundância relacional na qual as crianças são atores centrais. Parece-me que esse olhar em perspectiva ajuda a enxergar o

risco de que a individualização ideológica das crianças na ilha da Boa Vista acabe por deixá-las bastante solitárias. Insularizadas em suas famílias insulares serão outras as subjetividades produzidas. Restará saber como se constituirão como pessoas plenas, nessa sociedade de diáspora, onde, conforme nos conta-va Andréa Lobo em sua exposição, vive-se com as malas prontas.

Referências

- BONNET, D. 1981. Le retour de l'ancêtre. *Journal des africanistes*, 51(1-2):133-147. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/jafr_0399-0346_1981_num_51_1_2022. Acesso em: 08/01/2013.
- BONTE, P.; IZARD, M. (dir.). 2000. *Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie*. Paris, PUF, 842 p.
- CADORET, A. 1996. Enfant placé et parent isolé. *Le groupe familial*, 152:77-88.
- CADORET, A. 2000. Espace. In: P. BONTE; M. IZARD (dir.), *Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie*. Paris, PUF, p. 235-236.
- CARSTEN, J. (ed.). 2000. *Cultures of relatedness – New approaches to the study of kinship*. Edinburgh, Cambridge University Press, 219 p.
- COHN, C. 2005. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 58 p.
- FONSECA, C. 1995. *Caminhos da adoção*. São Paulo, Cortez Editora, 152 p.
- FONSECA, C. 2000. *Família, fofoca e honra*. Porto Alegre, Editora da Universidade, 245 p.
- FONSECA, C. 2007. Apresentação – de família, reprodução e parentesco: algumas considerações. *Cadernos Pagu*, 29:9-35.
- FONSECA, C.; CARDARELLO, A. 1999. Direitos dos mais ou menos humanos. *Horizontes Antropológicos*, 5(10):83-121.
- LALLEMAND, S. 1993. La circulation des enfants en société traditionnelle. Prêt, don, échange. Paris, Editions Harmattan, 224 p.
- LEFAUCHEUR, N. 1991. Les familles monoparentales. In: F. de SINGLY (dir.), *La Famille: l'état des savoirs*. Paris, La Découverte, p. 67-74.
- LE GRAND-SEBILLE, C. 2000. Se laisser affecter par l'autre – Approche anthropologique de l'accompagnement. In: B. DUMONT et al., *Accompagner*, Paris, Érés, p. 13-20.
- MARTINS, J. de S. 1991. Regimar e seus amigos – A criança na luta pela terra e pela vida. In: J. de S. MARTINS (org.), *O Massacre dos Inocentes – A criança sem infância no Brasil*. São Paulo, Editora Hucitec, p. 81-116.
- NUNES, A., CARVALHO, R. de. 2009. Questões metodológicas e epistemológicas suscitadas pela antropologia da infância. *Bib – Revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais*, 68:77-97.
- QUERRE, M.; MESTRE, C. 2007. L'anthropologie de l'enfant, une histoire récente. *Face à face*, 10. Disponível em: <http://faceaface.revues.org/66>. Acesso em: 08/01/2013.
- RIBEIRO, F.B. 2007. 'Faire l'île d'Yeu' ou les limbes de la parentalité. Tsantsa. *Revue de la société suisse d'anthropologie*, 12:73-81.
- RIBEIRO, F.B. 2008. Maternidades à margem: Gravidez e nascimento numa instituição de proteção à infância. *História. Questões e Debates*, 47:139-155.
- RIBEIRO, F.B. 2010. Práticas de justiça e gramática espacial: Olhando para o espaço em instituições de proteção à infância. In: J. FERREIRA; P. SCHUCH (org.), *Direitos e Ajuda Humanitária – Perspectivas sobre família, gênero e saúde*. Rio de Janeiro, Editora da Fiocruz, p. 105-127.
- RIBEIRO, F.B. 2011. Lealdades, silêncios e conflitos: Ser um dos "grandes" num abrigo para famílias. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, 11(1):40-55.
- RIBEIRO, G.L. 2004. Cultura, direitos humanos e poder. Mais além do império e dos humanos direitos. Por um universalismo heteroglóssico. In: C. FONSECA; V. TERTO JR; C.F. ALVES (org.), *Antropologia, diversidade e direitos humanos: Diálogos interdisciplinares*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, p. 29-51.
- ZONABEND, F. 1994. Les âges de la vie: l'approche anthropologique – l'exemple de l'adolescence. *Généralisations*, 1:52-55.

Submetido: 22/01/2013

Aceito: 20/02/2013